

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Hospital Geral Santa Marcelina do Itaim Paulista - Casa de Saúde Santa Marcelina

Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral Santa Marcelina do Itaim Paulista						
CNPJ/MF: 60.742.616/0006-74						
Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016						
Balço Patrimonial - Em reais			Demonstração do Resultado do Exercício - Em reais			
Ativo	2017	2016	Passivo	2017	2016	
Circulante	989.977	2.380.431	Circulante	21.072.607	20.530.681	Receitas Operacionais Brutas
Caixa e equivalentes (nota nº 4)	105.500	341.905	Fornecedores	1.411.526	1.925.192	127.209.857
Adiantamentos (nota nº 5)	52.393	1.102.291	Obrigações Trabalhistas	4.009.202	3.659.153	Receitas de atividades assistenciais
Estoques (nota nº 6)	714.038	863.102	Obrigações Sociais (nota nº 10a)	1.194.804	1.163.534	125.677.619
Despesas Antecipadas	76.118	73.133	Obrigações tributárias (nota nº 10b)	2.141.618	1.938.808	125.677.619
Contas a Receber (nota nº 15c)	41.928	-	Férias e encargos a pagar	8.592.384	7.702.846	Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias
Não Circulante	10.739.972	8.630.514	Contas a pagar serviços terceiros	417.736	846.327	1.532.238
Depósitos judiciais (nota nº 9)	10.419.284	8.340.401	Verbas e subvenções (nota nº 11)	2.872.654	2.866.721	Com doações (nota nº 17)
Depósito Judicial ICM sobre Energia (nota nº 9)	320.688	290.113	Provisão para processos Judiciais (nota nº 12)	109.692	99.251	21.573
Permanente	7.758.374	7.847.753	Outras contas a pagar	322.991	328.849	Finanças deduzidas das despesas (nota nº 18)
Imobilizado (nota nº 7)	7.758.374	7.847.753	Não Circulante	17.270.652	12.862.206	331.288
Intangível (nota nº 8)	-	-	Provisão para processos Judiciais (nota nº 12)	6.851.368	4.521.805	Verbas de investimentos
Total do Ativo	19.488.323	18.858.698	Processo judicial PIS (nota nº 10c)	10.419.284	8.340.401	474.067
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			Total do Passivo	19.488.323	18.858.698	705.310
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) nos Exercícios - Em reais			Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	(18.854.936)	(14.534.189)	Despesas Operacionais
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	2017	2016	Total do Passivo	19.488.323	18.858.698	131.653.604
No início do exercício	(14.534.189)	(11.974.922)	7. Imobilizado: Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.			
Transferência de Bens Imobilizados	123.000	-	Descrição	2017	2016	Despesas com atividades assistenciais
Déficit do exercício	(4.443.747)	(2.559.267)	Drogas e medicamentos	326.308	364.996	131.653.604
No final do exercício	(18.854.936)	(14.534.189)	Consumo hospitalar	198.689	288.606	Despesas com pessoal
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			Fios cirúrgicos	11.908	12.679	85.362.668
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis			Banco de Sangue	9.882	8.945	Despesas administrativas e gerais
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 - em reais			Órteses e próteses	13.338	13.975	5.375.214
1. A Entidade: a. Reconhecimento de utilidade pública: A Organização Social de Saúde Santa Marcelina, filial da Associação Filantrópica da Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública há mais de quatro décadas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e que tem por missão, em consonância com o carisma da Instituição, com a Declaração dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira, promover a dignidade da pessoa humana preservando-lhe e resgatando-lhe a saúde, oferecendo-lhe atendimento de boa qualidade. A O.S.S. Santa Marcelina tem por finalidade operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde do Hospital Geral Santa Marcelina do Itaim Paulista, mediante o cumprimento integral do contrato de gestão firmado com o Governo do Estado de São Paulo em 16 de dezembro de 2011, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, regida pela Lei Complementar Estadual nº 846 de 04 de junho de 1.998. b. Áreas de atuação: A Organização tem como objetivos básicos, sem visar lucro, atuar nas seguintes áreas: 1. Preventiva e comunitária; 2. Curativa; 3. De reabilitação; e 4. De ensino e pesquisa. c. Da manutenção: O hospital tem como fontes de renda a prestação de serviços a pacientes SUS mediante convênio e através de subvenções governamentais, donativos oriundos da comunidade, de empresas, instituições e de pessoas físicas. O resultado econômico que conseguir dos serviços que presta será aplicado na melhoria de recursos humanos e materiais do hospital de comum acordo com a Secretaria de Estado da Saúde. d. Da organização: A estrutura orgânica do hospital está composta por: 1. Administração Hospitalar; 2. Pastoral da Saúde; 3. Serviços Médicos; 4. Serviços Técnicos; e 5. Serviços Administrativos. 2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: a) Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 - relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e foram autorizadas para emissão em 16/01/2017. De acordo com as exigências de divulgação contidas nos Pronunciamentos do CPC a Diretoria declara que somente foram divulgadas as informações que acredita ser relevantes. 2.2. Bases para elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir. a. Contas de resultado: O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência; b. Aplicações financeiras: São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado; c. Ativo circulante e não circulante: Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável; d. Ativo imobilizado: Composto dos bens recebidos com Permissão de Uso do Governo do Estado de São Paulo por força do convênio firmado e dos bens próprios, registrados ao custo histórico mais as adições e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear a taxas que levam em consideração o período de vida útil, também foram procedidos a análise da vida útil e do valor residual dos principais itens constantes no ativo imobilizado; e. Passivo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos; f. Férias e encargos a pagar: Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes; g. Contribuição ao INSS e impostos: Conforme legislação vigente, a Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade filantrópica e está isenta do pagamento da contribuição ao INSS (cota patronal) e imune aos tributos conforme prevê a Constituição Federal e o Regulamento do Imposto de Renda. h. Verbas para investimentos: Classificados no passivo reconhecidos em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário para confronto com as despesas correspondentes. A subvenção relacionada a ativo depreciável é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação. i. Uso de estimativa: A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados. 3. Execução do Contrato de Gestão (não auditado): Foram executadas as atividades abaixo demonstradas com observância fixada pelo artigo 345, item VIII da Instrução nº 01/2002 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: Demonstrativo de Produção conforme Relatório de Execução do Contrato.						
Item	Metas	2017	2016	2017	2016	Despesas com serviços de terceiros
Nº de Saídas-Internações Clínicas	9.400	9.926	5,60%	9.952	22.596.566	21.750.811
Nº de Saídas-Internações Cirúrgicas	5.088	5.492	7,94%	5.357	17.368.050	18.358.799
Nº de Consultas Ambulatoriais	15.030	21.911	45,78%	21.081	27.695.250	25.297.647
Nº de Consultas Ambulatoriais Não Médicas	3.600	4.175	15,97%	3.774	Valor Adicionado Bruto	81.815.269
Nº de Atendimentos de Urgência	146.640	138.823	-5,33%	135.879	Retenções	946.843
Nº de Atividades SADT	30.345	27.472	-9,47%	27.786	Depreciação	946.843
Outras Informações						
Item	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Nº de Leitos - Média	252	250	Saldo no início do exercício	7.847.753	8.755.687	Receitas Operacionais Brutas
Taxa de Ocupação - Média	92,96%	91,24%	Adições	506.518	49.916	126.878.569
Permanência - Média	5,91	5,89	Aparelhos médicos e cirúrgicos	15.459	4.100	125.677.619
Nº de Partos Realizados	3.646	3.738	Móveis e utensílios	36.350	89.989	125.677.619
O Hospital Estadual Santa Marcelina do Itaim Paulista atende integralmente e sem distinção a toda a população gratuitamente. 4. Caixa e Equivalentes de Caixa: Estão representadas substancialmente por saldos em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo em fundos de investimentos (FIF) e certificados de depósitos bancários (CDB) assim distribuídos:			Instalações	265.570	-	125.677.619
Descrição	2017	2016	Equipamentos de informática	133.647	14.300	125.677.619
Fundo Fixo	2.000	2.000	Imobilizado em andamento	-	99.905	125.677.619
Aplicações Financeiras	103.500	339.905	Baixas líquidas	(100.080)	(138.172)	125.677.619
Total	105.500	341.905	Depreciações	(946.843)	(1.027.972)	125.677.619
5. Adiantamentos / Outros Créditos: Os saldos em aberto estão assim representados:			Saldo no fim do exercício	7.758.374	7.847.753	125.677.619
Descrição	2017	2016	8. Intangível: Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme pronunciamento CPC 04, aprovado pelas NBC T.19.8, Resolução CFC nº 1.139/08, e NBC T.19.8 - IT 1 - Resolução CFC nº 1.140/08.	2017	2016	125.677.619
Adiantamentos a fornecedores	-	509.899	Descrição	2017	2016	125.677.619
Adiantamentos a funcionários	52.325	592.325	Software	147.145	147.145	125.677.619
Impostos a Recuperar	68	67	Amortizações Acumulada	(147.145)	(147.145)	125.677.619
Total	52.393	1.102.291	Total	-	-	125.677.619
6. Estoques: Os estoques existentes em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:			9. Depósitos Judiciais: Em 31 de dezembro os depósitos judiciais sobre as ações movidas pela entidade e os impostos a recuperar, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:	2017	2016	125.677.619
Descrição	2017	2016	Descrição	2017	2016	125.677.619
Depósitos Judiciais - PIS	10.419.284	8.340.401	Depósitos Judiciais - PIS	10.419.284	8.340.401	125.677.619
Outros Depósitos Judiciais	320.688	290.113	Outros Depósitos Judiciais	320.688	290.113	125.677.619
Total	10.739.972	8.630.514	Total	10.739.972	8.630.514	125.677.619
10. Impostos e Contribuições						
(a) Obrigações Sociais						
Descrição	2017	2016	Descrição	2017	2016	125.677.619
INSS a recolher	378.364	368.845	INSS a recolher	378.364	368.845	125.677.619
FGTS a pagar	698.596	633.791	FGTS a pagar	698.596	633.791	125.677.619
PIS sobre folha a recolher	87.180	79.016	PIS sobre folha a recolher	87.180	79.016	125.677.619
Outros	30.664	81.882	Outros	30.664	81.882	125.677.619
Total	1.194.804	1.163.534	Total	1.194.804	1.163.534	125.677.619
(b) Obrigações tributárias						
Descrição	2017	2016	Descrição	2017	2016	125.677.619
IRRF a recolher	1.751.441	1.559.016	IRRF a recolher	1.751.441	1.559.016	125.677.619
Outras retenções de terceiros	390.177	379.792	Outras retenções de terceiros	390.177	379.792	125.677.619
Total	2.141.618	1.938.808	Total	2.141.618	1.938.808	125.677.619
(c) O recolhimento do PIS está sendo discutido judicialmente, e de acordo com a Norma e Procedimento de Contabilidade nº 22 (NPC 22) do IBRACON, a administração passou a classificar o valor do PIS como obrigação. O Saldo em 31/12/2017 é de R\$ 10.419.284(2016- R\$ 8.340.401).						
11. Verbas e Subvenções: Refere-se a recursos recebidos para custeio e investimentos como segue:						
Descrição	2017	2016	Descrição	2017	2016	125.677.619
Verbas a aplicar (a)	211.099	77.158	Verbas a aplicar (a)	211.099	77.158	125.677.619
Verbas aplicadas (b)	3.135.622	3.255.462	Verbas aplicadas (b)	3.135.622	3.255.462	125.677.619
Subtotal	3.346.721	3.332.620	Subtotal	3.346.721	3.332.620	125.677.619
Contrapartida Receitas	(474.067)	(465.899)	Contrapartida Receitas	(474.067)	(465.899)	125.677.619
Total da conta-verbas e subvenções (passivo)	2.872.654	2.866.721	Total da conta-verbas e subvenções (passivo)	2.872.654	2.866.721	125.677.619
(a) Verbas de investimentos a aplicar. (b) Verbas de investimentos aplicadas, cujo reconhecimento da receita está sendo efetuado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. 12. Provisão para Contingências: A entidade possui contingências judiciais de natureza trabalhista e cível, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja possibilidade de perda foi classificada como provável.			Descrição	2017	2016	125.677.619
Descrição	2017	2016	Reclamações trabalhistas	41.735	99.251	125.677.619
Reclamações trabalhistas	41.735	99.251	Reclamações trabalhistas	41.735	99.251	125.677.619
Processos cíveis	67.957	-	Processos cíveis	67.957	-	125.677.619
Contingências no passivo circulante	109.692	99.251	Contingências no passivo circulante	109.692	99.251	125.677.619
Reclamações trabalhistas	1.725.204	325.286	Reclamações trabalhistas	1.725.204	325.286	125.677.619
Processos cíveis	5.126.164	4.196.519	Processos cíveis	5.126.164	4.196.519	125.677.619
Contingências no longo prazo	6.851.368	4.521.805	Contingências no longo prazo	6.851.368	4.521.805	125.677.619
Total	6.961.060	4.621.056	Total	6.961.060	4.621.056	125.677.619
13. Isenções Previdenciárias Usufruídas: Em atendimento ao parágrafo 2º do artigo 11º da Lei nº 12.101, de 27/11/2009, são demonstradas a seguir, os valores relativos a isenções previdenciárias, como se devido fossem, gozadas durante o exercício:						
Descrição	2017	2016	Descrição	2017	2016	125.677.619
Ordenados e salários	74.753.580	69.310.147	Ordenados e salários	74.753.580	69.310.147	125.677.619
Percentual de contribuição devida (*)	27,8%	27,8%	Percentual de contribuição devida (*)	27,8%	27,8%	125.677.619
Subtotal	20.781.495	19.268.221	Subtotal	20.781.495	19.268.221	125.677.619
Serviços prestados por pessoa física (autônomos inclusive médicos)	1.738.882	2.382.660	Serviços prestados por pessoa física (autônomos inclusive médicos)	1.738.882	2.382.660	125.677.619
Percentual de contribuição devida	20,00%	20,00%	Percentual de contribuição devida	20,00%	20,00%	125.677.619
Subtotal	347.776	476.532	Subtotal	347.776	476.532	125.677.619
Total devido caso a entidade não gozasse de isenção	21.129.271	19.744.753	Total devido caso a entidade não gozasse de isenção	21.129.271	19.744.753	125.677.619
(*) INSS 20%, FPAS 5,8% e Seguros contra riscos e acidentes 2%.			14. Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto): Apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social inicial, acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits e ajustes ocorridos. Em 2017 o valor do Passivo a descoberto apresentado é de (R\$ 18.854.936), e déficit de (R\$ 4.443.747).			125.677.619

continua

continuação	Descrição	2017	2016
Despesa financeira			
	Despesas bancárias	(22.823)	(11.207)
	Subtotal	(22.823)	(11.207)
Receita financeira			
	Rendimentos aplicações	255.038	731.369
	Juros ativos	-	1.503
	Descontos obtidos	99.073	48.922
	Subtotal	354.111	781.794
	Total	331.288	770.587

19. Compensações: A Organização utiliza-se do Grupo Compensado em seus livros contábeis para registro do custo da isenção da quota patronal

Parecer do Conselho Econômico e Fiscal

A Diretoria, O Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Organização Social de Saúde Santa Marcelina de Ambulatório Médicos de Especialidade

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina-Hospital Geral "Santa Marcelina" do Itaim Paulista - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Organização Social de Saúde Santa Marcelina gestora do Hospital Geral "Santa Marcelina" do Itaim Paulista, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina gestora do Hospital Geral "Santa Marcelina" do Itaim Paulista em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n.º 14, a Entidade apresentou passivo a descoberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, quando o seu passivo total excedia o seu ativo total em R\$ 18.854.936 e de acordo com o mencionado na Nota Explicativa n.º 1, face ao contrato de gestão e execução das atividades e serviços de saúde, os recursos financeiros destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral "Santa Marcelina" do Itaim Paulista são providos, em sua maior parte, pelo Governo do Estado de São

de Previdência Social usufruída e para outros controles de interesse da instituição e contrato de gestão celebrado em 26 de junho de 1.998, processo nº 001.0001.002.775/97, firmou um Termo de Permissão de Uso com o Hospital Estadual Santa Marcelina do Itaim Paulista, conforme abaixo.

Descrição	2017	2016
Isenção da cota patronal	21.129.271	19.744.753
Termos de permissão de uso	8.162.819	7.974.954
Total	29.292.090	27.719.707

Os valores alocados neste grupo não compõem os Ativos e Passivos da Entidade. **20. Cobertura de Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim lidades da Zona Leste referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Proposta da Administração, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam Paulo. Nesse sentido, a Entidade depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas pelo Governo do Estado de São Paulo para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** *Demonstrações do valor adicionado:* Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis básicas requeridas no parágrafo inicial, tomadas em conjunto. Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a qual esta sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos

atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

Seguradora	Modalidade	Segurados	Vencimento
Unimed Seguros	Responsabilidade Civil	1.500.000,00	15/07/2018
Allianz Seguradora	Seguro Predial	30.000.000,00	20/10/2018
Itaú Seguro	Seguro de Veículos	200.000,00	25/09/2018
Porto Seguro	Veículo Ambulância	133.500,00	25/09/2018
Porto Seguro	Seguro Equipamentos Médicos	135.500,00	25/09/2018

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

Ir. Rosane Ghedin - Diretora Presidente
Luís Roberto Teles - Contador - CRC1SP182.786/0-8

adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva, dos referidos documentos pela Assembleia geral deste Conselho. São Paulo, 31 de janeiro de 2018. Irmã Giuseppina Raineri; Irmã Maria Theresa Lorenzoni; Irmã Carla Rosimeire Felix. **Ceticismo profissional ao longo da auditoria.** Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de janeiro de 2018. **Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S** - CRC-2SP 15.753/O-0. **José Luiz de Faria** - Contador - CRC-1SP116.868/O-8.

Aproveite as vantagens do e-CPF.



Faça seu Certificado Digital na Imprensa Oficial e realize transações *on-line* seguras em bancos e na Receita Federal. Confira nossos preços.

www.imprensaoficial.com.br

io | certificação digital

SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO